

Mário Jorge Barroca

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

## *A Cruz do Lugar das Marcas (Lousado, Vila Nova de Famalicão) e o Couto do Mosteiro de Santo Tirso*

### Resumo

Estudo monográfico sobre uma cruz gravada na rocha situada na margem sul do Rio Ave, no Lugar das Marcas (Lousado, Vila Nova de Famalicão). Trata-se de uma grande cruz, de 1,5 m de altura, que obedece a uma tipologia pré-românica. No entanto o autor data esta cruz de inícios do século XII e associa-a à carta de Couto do mosteiro beneditino de Santo Tirso (fundado em 978), dada pelo conde D. Henrique a Soeiro Mendes da Maia em 1097. Este nobre passou a carta ao mosteiro em 1098. O autor apresenta numerosos paralelos tipológicos para a cruz, desde o século IX até ao século XII, assim como vários exemplos de cartas de couto a mosteiros portugueses que tiveram os seus limites marcados com cruces gravadas nas rochas.

### Abstract

Monographic study of a cross engraved in a rock located near the southern bank of the river Ave, at Lugar das Marcas (Lousado, Vila Nova de Famalicão). This is a huge cross, 1,5 m long, obeying a pre-romanesque typology. However, the author dates this cross to the early 12th century and links it to the Charter of Immunity ("carta de couto") of the Benedictine Monastery of Santo Tirso founded in 978. This charter was given by the Count Henry to Soeiro Mendes da Maia, in 1097. This noble man transmitted the charter to the monastery in 1098. The author presents numerous typological parallels for the cross, from the early 9th century to the middle 12th century, as well as several examples of Portuguese monastic charters of immunity that had their boundaries marked by crosses engraved on rocks.

Há quase sessenta anos, a revista *Douro Litoral* publicava nas suas páginas uma fotografia do Dr. A. Lima Carneiro mostrando uma cruz gravada numa rocha, com contornos definidos a traço largo e ostentando, no cruzamento dos

braços, um círculo com um ponto central. A fotografia não revelava qualquer elemento quanto ao local onde esta cruz se encontrava gravada nem permitia, dada a ausência de escala, reconhecer as suas dimensões aproximadas. Apresentava apenas a seguinte legenda:

*"Cruz gravada num penedo do lugar das Marcas (Lousado, Vila-Nova-de-Famalicão)"<sup>1</sup>.*

A fotografia, publicada na revista para ocupar o espaço deixado em branco no fim de um artigo, compondo a mancha gráfica, não se articulava com o conteúdo de nenhum estudo desse volume nem mereceu qualquer comentário. Passou, por isso, despercebida aos investigadores da época e caiu no esquecimento. Há alguns anos atrás, em 1984 ou 1985, ao consultar a referida publicação, a fotografia do Dr. Lima Carneiro atraiu a nossa atenção. A cruz que se podia observar revelava características medievais iniludíveis e remetia para o universo estético Pré-Românico, ao qual vínhamos a dedicar alguma atenção. Tratava-se, na realidade, de uma cruz pátea, com círculo central e braços de dimensões sensivelmente iguais, cujos protótipos se encontram na arte do tempo da Reconquista. O laconismo da legenda impediu, no entanto, que progredíssemos mais no seu estudo. Apenas sabíamos que se tratava de uma cruz gravada num penedo - pelo aspecto da fotografia julgamos então que estaria registada numa superfície vertical ou quase vertical e que seria uma gravura de dimensões relativamente modestas. Sabíamos, ainda, que o local era conhecido como o "Lugar das Marcas", topónimo bastante sugestivo. As consultas que realizámos em dicionários corográficos não surtiram grande efeito e a Carta Militar de Portugal, à escala 1:25.000, não nos elucidou mais. Tratava-se, certamente, de um microtopónimo de uso local que não ocorria noutros registos. Na altura era tudo o que sabíamos. Só muito recentemente tivemos oportunidade de encontrar uma segunda, e um pouco mais pormenorizada, referência à Cruz do Lugar das Marcas, que nos poderia ter conduzido ao local. Augusto César Pires de Lima, na Introdução que escreveu à correspondência trocada entre Francisco Martins Sarmento e o Pe. Joaquim Pedrosa registou, a certa altura, que *"A freguesia de Lousado compreende a ponte da Lagoncinha e estende-se para a margem esquerda do Ave, indo para montante até o lugar das Marcas, onde está esculpida num penedo a cruz ali chamada Sarilho da Moira"*<sup>2</sup>. No entanto, durante muitos anos ignorámos esta curta passagem de Pires de Lima e, por isso, a localização exacta da Cruz do Lugar das Marcas continuou a ser, para nós, um enigma. Mas ela não caiu no esquecimento e em 1987, quando procedemos ao estudo dos testemunhos funerários medievais do Entre-Douro-e-Minho, referir-

<sup>1</sup> A. Lima Carneiro - [fotografia] in *Douro Litoral*, 2ª Série, vol. III, Porto, 1945, p. 15.

<sup>2</sup> Augusto César Pires de Lima, *A Correspondência Martins Sarmento - P.º Joaquim Pedrosa*, Guimarães, 1940, pp. 12-13.

mo-nos a ela<sup>3</sup>. Quis o acaso que, alguns anos mais tarde, tivéssemos a felicidade de identificar a localização exacta desta Cruz. No âmbito da cadeira de Arqueologia Medieval, que então frequentava, a Dr<sup>a</sup>. Maria de Lurdes Ferreira da Silva mostrou-nos uma fotografia da Cruz do Lugar das Marcas. Apesar de ter sido tirada de um ângulo muito distinto da fotografia publicada no *Douro Litoral*, de imediato reconhecemos que se tratava da mesma cruz. A identificação do local exacto permitiu avançar um pouco mais no seu estudo, revelando as primeiras surpresas: por um lado tratava-se de uma cruz de grandes dimensões (ao contrário do que tínhamos pensado) e, por outro lado, encontrava-se gravada numa superfície quase horizontal (e não na vertical). A fotografia do Dr. Lima Carneiro, tirada do cimo de um muro, sem escala e sem pontos de referência, induzira-nos em erro nesses dois aspectos. Conhecido o paradeiro da cruz, tornou-se possível proceder ao seu levantamento e ao estudo monográfico, de que aqui damos conta dos resultados.

### 1. A Cruz do Lugar das Marcas

A Cruz do Lugar das Marcas chegou até hoje praticamente inédita. Para além da fotografia do Dr. Lima Carneiro, publicada em 1945, apenas a encontramos referida numa breve passagem de Augusto César Pires de Lima, a que já aludimos, que nos revela que em 1939 a cruz era conhecida popularmente como "*Sarilho da Moira*"<sup>4</sup>. Esta referência surgia a propósito de uma carta de Martins Sarmento, datada de 18 de Julho de 1883, em que este levantava a hipótese de a Ponte da Lagoncinha ser a "Ponte Antiga" dos documentos medievais. Esta carta levou-nos a pesquisar os materiais de Martins Sarmento, onde encontramos uma pequena nota que julgamos que se reporta à nossa Cruz. Com efeito, nos seus apontamentos, Martins Sarmento escreveu: "*A coisa de trezentos passos [da Ponte da Lagoncinha] na margem esquerda do rio, há umas lajes de xisto (tudo por ali é xisto; o granito vem de longe), com uma ferradura, uns buracos e uns riscos. Não o fui ver, porque o Abade [o Pe. Joaquim Pedrosa] dizia que a laje fora quebrada; o regedor sustentava que não, mas que estava tudo tão cheio de terra, que era inútil lá ir.*"<sup>5</sup>. E por isso Martins Sarmento acabou por desistir de se deslocar ao local, não adivinhando que os "riscos" referidos eram uma magnífica cruz medieval. E é tudo quanto, até hoje, a Cruz do Lugar das

---

<sup>3</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séc. V a XV)*, Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Porto, ed. policopiada, 1987, pp. 183-184.

<sup>4</sup> Augusto César Pires de Lima, *A Correspondência Martins Sarmento-Pe. Joaquim Pedrosa*, Guimarães, 1940, pp. 12-13.

<sup>5</sup> Francisco Martins Sarmento, *Antiqua. Apontamentos de Arqueologia*, Guimarães, S.M.S., 1999, pp. 418-419.

Marcas mereceu em termos de materiais publicados: uma fotografia e duas breves passagens, nenhuma delas deixando adivinhar o enorme interesse desta gravura.

Apesar de se encontrar na margem Sul do rio Ave, a Cruz do Lugar das Marcas pertence, administrativamente, ao Distrito de Braga (Fig. 1 e 2). Na realidade, ela localiza-se numa pequena área de território que, apesar estar na margem esquerda do Ave, faz parte da freguesia de Lousado, Concelho de Vila Nova de Famalicão. Apresenta como coordenadas geográficas:

Latitude: 41° 21' 00" (N)

Longitude: 8° 30' 53" (W)<sup>6</sup>.

O acesso à Cruz do Lugar das Marcas não oferece dificuldades de maior. Seguindo-se de Sul para Norte pela Estrada Nacional N° 14, que liga o Porto a Braga, imediatamente depois de se atravessar a Ponte da Trofa, pela qual se atinge a margem Norte do rio Ave, deve-se tomar a primeira estrada à direita, a Estrada Municipal N° 508 que liga a Lousado, à Ponte da Lagoncinha e a Santo Tirso. Depois de se passar a povoação de S. Lourenço, que se desenvolve a Norte da Ponte da Lagoncinha, e de se atravessar esta mediéfica ponte lançada sobre o Rio Ave, alcançando-se de novo a margem Sul deste rio, deve-se virar à esquerda e continuar pela Estrada Municipal N° 508 que garante o acesso a Santo Tirso. Percorridos escassos 300 metros, à esquerda da via, implantada entre esta e o rio Ave, e afastada da borda da estrada uma meia dúzia de metros, encontra-se gravada a Cruz que aqui nos ocupa. O terreno é público e, por isso, é contornado pelo muro de uma propriedade privada, que lhe define os contornos por todos os lados excepto aquele que se abre voltado à estrada (Fig. 3 e 4).

A Cruz do Lugar das Marcas é, tecnicamente, uma gravura feita por picotagem, que utiliza como suporte um afloramento de Xisto Luzente (Filito ou Filádio). A superfície quase horizontal deste afloramento, bem como o fraco índice de dureza deste tipo de rocha, tornaram mais fácil o trabalho de gravação. As dimensões monumentais que a cruz atinge devem estar, em boa parte, relacionadas com essas características do suporte pétreo. No entanto, não podemos deixar de associar essa mesma monumentalidade com a vontade ou a necessidade de publicidade. A Cruz do Lugar das Marcas é grande não só porque era fácil gravar em xisto mas igualmente porque houve necessidade de garantir que o sinal não se iria perder facilmente e que, no futuro, ele podia ser localizado sem dificuldade. Assim, as suas generosas dimensões foram também uma forma de a destacar na paisagem.

Os seus valores metrológicos são os seguintes:

Altura total: 148 cm.

---

<sup>6</sup> Cf. *Carta Militar de Portugal*, Escala 1:25.000, Folha 97; vd. tb. a *Carta à Escala 1:2.000* feita a partir do Levantamento Aerofotogramétrico, Folha 97-2, de Lousado (Fig. 1a e 1b, respectivamente).

A CRUZ DO LUGAR DAS MARCAS (LOUSADO, VILA NOVA DE FAMALICÃO)  
E O COUTO DO MOSTEIRO DE SANTO TIRSO

- Altura da Cruz: 115 cm.  
Altura do Pé-Alto: 33 cm.  
Largura total: 119,5 cm.  
Largura da Cruz: 119,5 cm.  
Largura do Pé-Alto: 18 cm.  
Dimensões dos braços da Cruz:  
Braço Superior: Comp.: 44,5 cm; Larg.: 17 a 22,5 cm.  
Braço Direito: Comp.: 45,5 cm; Larg.: 15,5 a 23 cm.  
Braço Inferior: Comp.: 45 cm; Larg.: 14 a 21,5 cm.  
Braço Esquerdo: Comp.: 46 cm; Larg.: 12 a 21,5 cm.  
Diâmetro do círculo central: 26 a 28 cm.  
Espessura do traço:  
Na Cruz: 2 a 3 cm;  
No Pé-Alto: 5,5 a 6 cm.  
Profundidade média do traço: 0,7 cm.

Como se pode verificar pelo levantamento realizado (Fig. 5)<sup>7</sup>, e confirmar pelos valores metrológicos apresentados, trata-se de uma cruz de braços rectos e quase equiláteros, onde apenas se registam pequenos desvios de escassos centímetros, sem grande significado. Por outro lado, os seus braços apresentam-se mais estreitos junto do centro, alargando-se progressivamente à medida que se avança para a periferia. A Cruz do Lugar das Marcas é, portanto, tipologicamente uma *cruz grega pátea*. O contorno da cruz é delimitado por traço relativamente espesso, com uma largura média de 2 a 3 cm. A mesma largura é respeitada na zona central, onde se define o medalhão ou círculo. No centro deste encontra-se gravado, de forma bem visível, o ponto central a partir do qual o círculo e todo o cruciforme foram concebidos. No braço inferior da Cruz foi representado um pé-alto, com traço algo mais largo (apresentando 5,5 a 6 cm de espessura). Poderíamos, portanto, classificar tipologicamente a Cruz do Lugar das Marcas como uma cruz grega pátea munida de medalhão ou círculo central e com pé-alto.

## 2. Alguns paralelos tipológicos

Pelas suas características tipológicas, a Cruz do Lugar das Marcas recorda modelos de influência asturiana cujo protótipo mais antigo, e mais celebrizado, é a *Cruz de los Angeles*, com que Afonso II das Astúrias distinguiu a Catedral de Oviedo no ano de 808. Esta magnífica obra de ourivesaria, um dos expoentes da Arte Asturiana, apresenta todas as características tipológicas da Cruz do Lugar

---

<sup>7</sup> O levantamento de campo foi realizado à escala 1:1, em película transparente, tendo sido posteriormente realizada a sua redução.

das Marcas: braços equiláteros, páteos, rectilíneos, e grande medalhão circular ao centro, no cruzamento destes. Como se sabe, a *Cruz de los Angeles* surge na sequência de antecedentes visigóticos - as cruzes dos tesouros de Guarrazar e de Torredonjimeno - e inaugurou uma tipologia de cruzes que se impôs entre os inícios do séc. IX até aos fins do séc. XI e que foi reproduzida em diversos suportes, metálicos e pétreos.

No que respeita à ourivesaria, a *Cruz de los Angeles* deve ser associada a duas outras cruzes: a Cruz que o mesmo Afonso II ofereceu à Catedral de Santiago de Compostela pouco depois da "descoberta" do túmulo do Apóstolo, e que, apesar de se ter perdido, se sabe que reproduzia a Cruz da Catedral de Oviedo; e a Cruz que Ramiro II ofereceu à Igreja de Santiago de Peñalba cerca de 940 (que se conserva no Museu Arqueológico Provincial de León).

No que respeita aos suportes pétreos, podem ser invocados muitos paralelos que ajudam a retratar o enorme sucesso desta tipologia. Sem a preocupação de sermos exaustivos, e começando pelos paralelos da vizinha Espanha, recordemos a cruz da inscrição da ara do altar da Igreja de San Miguel de Quiloño e a cruz da placa da Igreja de San Pelayo, Oviedo (ambas da primeira metade do Séc. IX, do tempo de Afonso II das Astúrias); as diversas cruzes que se podem admirar em Naranco, coroando os discos (atribuíveis a 848 e à iniciativa de Ramiro I); as cruzes pintadas nos rebocos da Igreja de San Salvador de Valdediós (atribuíveis a 893, em pleno reinado de Afonso III, o Magno); a cruz da placa de mármore de San Salvador de Samos, Lugo (do Séc. IX); a cruz da placa da Ermida de Santa Cruz de Montes, León (de 905); a cruz da inscrição fundacional da Igreja de Deva (anterior a 991); a cruz da placa da Igreja de Santiago de Caravia, Duescos (Séc. X); a cruz da tampa da sepultura do Bispo Teodomiro, na Catedral de Santiago de Compostela (falecido a 20 de Outubro de 847, embora a sua tampa seja dos fins do Séc. X); as cruzes da inscrição moçárabe de S. Pedro de Rocas (Museu Arqueológico de Orense), da lápide de San Adrian de Amiadoso (Museu Arqueológico de Orense) e de San Martin de Churiu (a Coruña), todas do Séc. XI; a cruz da lápide fundacional da Capela de San Miguel da Igreja de San Pedro de Teverga, Oviedo (de 1036); a cruz da inscrição da ara de altar da Igreja de Santa Maria de Leorio, Gijón (de 1051); o epitáfio de *Fredenandus*, da Igreja de San Pedro de Teverga, Oviedo (falecido em 1076); e, por fim, a cruz da inscrição comemorativa da reconstrução da Igreja de Santianes de Oviedo (não datada, mas atribuível aos fins do Séc. XI)<sup>8</sup>. Todas estas cruzes apresentam características comuns: são

<sup>8</sup> Para estes paralelos vd. Ciriaco Miguel Vigil, *Asturias Monumental, Epigráfica y Diplomática*, 2 vols., Oviedo, 1887 (reimp. facsimilada, Oviedo, 1987); D. Manoel Gomez Moreno, *Iglesias Mozarabes. Arte español de los siglos IX al XI*, Madrid, 1919 (reimp. facsimilada, Granada, 1998); Francisco Diego Santos, *Inscripciones Medievales de Asturias*, Oviedo, 1994; César García de Castro Valdés, *Arqueología Cristiana de la Alta Edad Média en Asturias*, Oviedo, 1995; Lorenzo Arias Páramo, *El Prerrománico de*

cruzes gregas páteas, com disco no cruzamento dos braços, a maioria apresentando um pé-alto e, por vezes, acompanhadas de Alfa e Ómega, pendentes dos braços horizontais. Como se pode apreciar, trata-se de um modelo tipológico que alcançou um enorme sucesso, e que dominou sobretudo entre o Séc. IX e os finais do Séc. XI, embora se registem alguns exemplos de sobrevivências mais tardias, já em pleno Séc. XII. É o que acontece, por exemplo, com a inscrição fundacional da Igreja de San Andrés de Valdebarcelona, Villaviciosa (de 1189), onde se podem admirar três cruzes gregas páteas, em relevo.

Guardamos para o fim aquele que nos parece ser um dos mais sugestivos paralelos espanhóis para a Cruz do Lugar das Marcas. Referimo-nos à cruz gravada num afloramento rochoso no conjunto monástico do rio Arlanza, junto a Quintanar de la Sierra (Burgos) divulgada por Francisco Iñiguez Almech<sup>9</sup>. Tal como acontece no Lugar das Marcas, a Cruz de Quintanar de la Sierra é uma cruz de dimensões generosas, gravada num afloramento. Do ponto de vista tipológico, trata-se de uma cruz grega pátea, com braços rectos e com círculo central. Francisco Iñiguez Almech propôs uma cronologia visigótica mas julgamos que, quer pelos paralelos tipológicos que temos vindo a abordar, quer pelas sepulturas escavadas na rocha a que se encontra associada, tudo recomenda que ela seja incluída dentro do universo da Reconquista, nos séculos X ou XI.

Passando agora para o panorama português, também podemos invocar diversos exemplos de cruzes que se inscrevem dentro do mesmo universo estético e cronológico da Cruz do Lugar das Marcas. É o caso, por exemplo, da cruz pátea (sem círculo central) que ornamenta o pé de altar moçárabe da Igreja de S. Pedro de Lourosa, gravada numa ara romana reaproveitada (que pode ser atribuído, por via epigráfica, ao ano de 912)<sup>10</sup>; da cruz grega pátea da inscrição de Ero, do Mosteiro de Arouca (atribuível ao Séc. X)<sup>11</sup>; das cruzes gregas páteas e com círculo central que se podem admirar em vários lintéis epigrafados de Faião (hoje recolhidos no Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas) (atribuíveis, quer do ponto de vista paleográfico, quer do ponto de vista litúrgico, ao Séc. X)<sup>12</sup>; e da cruz esculpida num pilarete pré-românico da Igreja de S.

---

*San Martín de Salas*, Salas, 1998; Manuel Nunez Rodriguez, *Arquitectura Prerrománica*, vol. 2 da *Historia da Arquitectura Galega*, COAG, 1978.

<sup>9</sup> Cf. Francisco Iñiguez Almech, "Algunos Problemas de las Viejas Iglesias Españolas", *Cuadernos de Trabajos de la Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma*, vol. VII, Roma, 1955, pp. 52-53 e Fig. 53.

<sup>10</sup> Cf. Cónego Manuel de Aguiar Barreiros, *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, Porto, Ed. Marques Abreu, 1934, pp. 29 e Est. 56. Vd., tb., Paulo Almeida Fernandes, *A Igreja Pré-românica de São Pedro de Lourosa*, diss. de Mestrado, Lisboa, 2002. Sobre a inscrição de 912 vd. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Lisboa, 2000, Insc. N° 3, pp. 31-33.

<sup>11</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (842-1422)*, vol. II, tomo 1, Lisboa, 2000, Insc. n° 11, pp. 49-50.

<sup>12</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (842-1422)*, vol. II, tomo 1, Lisboa, 2000, Insc. n° 13 a 17, pp. 54-66.

Pedro de Rates<sup>13</sup>. Dentro dos materiais de conteúdo funerário, salientemos a magnífica cruz do sarcófago da Igreja de Reboreda (Vila Nova de Cerveira)<sup>14</sup>; o notabilíssimo sarcófago de S. Bento da Várzea, que se conserva no Museu Pio XII (Braga), que apresenta uma cruz grega pátea com pé-alto, munida de Alfa e Ómega, acompanhada por uma inscrição do ano de 1067<sup>15</sup>; da inscrição funerária de *Guntina Iusta*, procedente de Meinedo (que se conserva no Museu do Seminário Maior do Porto)<sup>16</sup>; e da estela funerária procedente de Abragão, que se conserva no Museu de Penafiel, também com uma cruz grega pátea<sup>17</sup>. Acrescentemos, ainda, a cruz pré-românica de Manhente, que tivemos oportunidade de estudar recentemente<sup>18</sup>. Para terminar, devemos salientar que esta tipologia de cruzes não se esgota no Séc. XI e que, à semelhança do que acontece em Espanha, também em Portugal se conhecem casos de sobrevivência deste modelo em pleno Séc. XII. Um dos derradeiros exemplos que conhecemos entre nós é o tímpano de S. João de Tarouca, onde se registou a data da fundação do templo, em 1 de Julho de 1154, que apresenta o seu campo preenchido com uma enorme cruz grega pátea, vazada, dotada de pé-alto<sup>19</sup>.

Todos estes exemplos, tipológica e cronologicamente tão coerentes, apontam no sentido de a *Cruz de los Angeles*, da Catedral de Oviedo, ter servido de modelo a uma série de cruzes criadas em suportes pétreos (gravadas ou esculpidas) e que apresentam evidentes afinidades entre si. A cronologia destes exemplos revela-nos que essa tipologia teria alcançado particular sucesso ao longo dos séculos IX a XI, com algumas sobrevivências mais tardias<sup>20</sup>. Este imenso rol de

<sup>13</sup> Cf. Manuel Luís Real, pp. 10-11, Fig. 30.

<sup>14</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séc. V a XV)*, Porto, 1987, p. 200.

<sup>15</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séc. V a XV)*, Porto, 1987, p. 189 e 204; Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (842-1422)*, vol. II, tomo 1, Lisboa, 2000, Insc. Nº 27, p. 97.

<sup>16</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (842-1422)*, vol. II, tomo 1, Lisboa, 2000, Insc. Nº 44, pp. 130-131.

<sup>17</sup> Mário Jorge Barroca, *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séc. V a XV)*, Porto, 1987, p. 184.

<sup>18</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, "O Arco Pré-Românico do Mosteiro de Manhente (Barcelos)", *Revista da Faculdade de Letras, Série de Ciências e Técnicas do Património*, vol. 2, Porto, 2003, pp. 665-686.

<sup>19</sup> Entre outra bibliografia, vd. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (842-1422)*, vol. II, tomo 1, Lisboa, 2000, Insc. nº 99, pp. 254-258.

<sup>20</sup> A Cruz de los Angeles não foi o único caso de uma peça de ourivesaria que inaugurou uma tipologia de cruciformes que encontrou grande sucesso e aceitação na Península Ibérica, inspirando a realização de cruzes em suportes de natureza muito diversa. Com efeito, cem anos depois de Afonso II ter distinguido a Catedral de Oviedo com esta cruz, Afonso III, o Magno, ofereceu uma outra cruz à mesma Catedral – a Cruz da Vitória, concluída em 908. Tal como a Cruz de los Angeles, também a Cruz da Vitória conseguiria influenciar outras cruzes. Na realidade, são conhecidas diversas lápides com cruzes que se inspiraram tipologicamente na Cruz da Vitória, nomeadamente no característico remate dos seus braços. Vd., por exemplo, as cruzes das duas inscrições procedentes do Palácio ou do Castelo de Oviedo, de Afonso III (uma de 875, outra de [866-905]); a cruz que encima a Foncalada, em Oviedo (do tempo

paralelos tipológicos serve para alicerçar a nossa convicção de que a Cruz do Lugar das Marcas deve ser enquadrada num período cronológico que termina nos fins do Séc. XI ou inícios da centúria seguinte. Esta proposta de datação afigura-se de crucial importância quando tentamos perceber os motivos que levaram à criação desta enorme cruz.

### 3. O Couto de Mosteiro de Santo Tirso

Gravada na margem Sul do rio Ave, um pouco a montante da Ponte da Lagoncinha, a Cruz do Lugar das Marcas coincide, aproximadamente, com o limite Noroeste do Couto do Mosteiro de Santo Tirso. E julgamos que foi esta a função para que ela foi criada: assinalar, de forma perene e pública, o início do espaço deste couto monástico. De resto, como iremos ver no ponto seguinte, Santo Tirso não é o único couto cujo espaço foi delimitado com cruces gravadas em penedos. Mas, antes de analisarmos esses exemplos, importa clarificar a ligação entre a Cruz do Lugar das Marcas e o Couto do Mosteiro beneditino de Santo Tirso.

Segundo um documento de 1101, publicado por Avelino de Jesus da Costa, a fundação do Mosteiro de Santo Tirso remonta ao ano de 978. Nesse diploma, do tempo de S. Geraldo, declara-se logo a abrir: "*In Era T.XVI fundat domna Unisco uxor domni Abunagar monasterium propter amorem Dei vocabulo Santi Tirsi in villa Moraria juxta decursum fluminis quod dicitur Ave sub decensu montis qui vocatur Corduba territorio Portugalsensi...*"<sup>21</sup>. A iniciativa teria partido, portanto, de D. Unisco Godinhes e, certamente, de seu marido, Aboazar Lovesendes, que estiveram na origem da influente linhagem dos senhores da Maia<sup>22</sup>.

Em 1097, volvidos quase cento e vinte anos sobre a fundação do Mosteiro, um trineto dos fundadores, Soeiro Mendes da Maia, recebeu das mãos do Conde D. Henrique a carta de Couto do Mosteiro de Santo Tirso. Soeiro Mendes da Maia era, então, um dos mais influentes nobres da corte condal, e exerceu diversos cargos por nomeação de D. Henrique: foi tenente das Terras da Maia, de Vermoim, de Faria e de Penafiel de Bastuço (documentado nas primeiras em 1100, na última entre 1100-1105)<sup>23</sup>, e ficou a governar o Condado,

---

de Afonso III das Astúrias); as duas inscrições de San Martin de Salas, ambas não datadas mas atribuíveis ao Séc. X (anteriores a 969); e a cruz da placa que coroa a janela com ajimez da fachada Ocidental da Igreja de San Salvador de Valdediós (de 893). No entanto, o sucesso alcançado pela Cruz da Vitória ficaria muito aquém do que conheceu a Cruz de Afonso II, o Casto.

<sup>21</sup> Cf. Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, vol. II, Coimbra, 1959, Doc. 68, pp. 418-420.

<sup>22</sup> Cf. José Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa. A família e o poder*, Lisboa, Ed. Estampa, 1981, p. 206.

<sup>23</sup> Cf. Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. II, Coimbra, 1992, pp. 1000, 1002, 1005 e 1034.

representando o próprio conde D. Henrique, quando este se ausentou em 1103<sup>24</sup>. Não estranhemos, por isso, que este nobre tenha sido o primeiro a ser contemplado com uma carta de couto outorgada pelo Conde D. Henrique e que este o trate como "*vassallo fideli nostro*". Neste diploma, assinado a 23 de Novembro de 1097, o couto de Santo Tirso foi delimitado da seguinte forma:

"... se leva de illo porto de Cernadino et vadit adsurssum per illo termino qui dividet inter Burgalanes et monasterium Sancti Tirsi et quomodo dividet inter Leoveriz et Sanctam Crucem et per terminum qui spartet inter Mons Corduve et Sanguinedo et tornat per Mamoella et exinde per illa congusta inter Travazos et Vimaredi et exinde per Monte Calvo quomodo dividet inter Donnici et Querlelo et exinde per Ervosa et descende ad illa ponte antiqua de flumine Avie et vadit per media illa aqui usque ad illo porto de Cernandino unde primiter inquoavimus"<sup>25</sup>.

Numa outra versão desta carta de couto, que Rui de Azevedo reputou de falsa, fornecem-se limites quase coincidentes mas por vezes mais pormenorizados, nomeadamente por se fazer a referência às vias de comunicação:

"... se levat de illo porto de Cernandino et vadit per illam viam quos dividit inter Burgalanes et Pratanosam dividitque inter Rialem et Burgalanes per ipsium arrogium ad infestum concludit intus Leoveriz per suos terminos sicut dividit cum Burgalanes inde vero terminos ipsius Leoveriz et Sancte Crucis pergīt autem per verticem Montis Cordobe et Pennecidi dehin quoque per Pennam Sellatam it per Pennam Corvi et de per illam Lagartariam sequitur per ipsam carrariam sicut dividit aquam inter Lezam et Sanguinietum deinde ad pennam Longam et inde ad Sanctum Salvatorem de Monte inde autem per illam mamonam de Mamonella et exinde per illam congustam inter Travazos et Vimarei exinde autem per Montem Calvum sicut dividit inter Doniz et Querleto et inde per Ervosa descenditque ad illam pontem antiquam in flumine Avis et vadit per medium flumen usque ad portum de Cernandino unde antea incoavimus"<sup>26</sup>.

No ano seguinte, a 23 de Março de 1098, Soeiro Mendes da Maia fez doação desta carta ao Mosteiro de Santo Tirso, num diploma em que voltam a ser referidos os mesmos limites do couto:

"... incipit in portum de Cernandini et dividit inter Burgalanes et monasterium Sancti Tirsi et differt inter Leoveriz et Sanctam Crucem et inde per terminum quod sparte inter mons Cordoba et Sanguinieto et descendit per Mamonellam et inde per illam congustam inter Rial et Vimaredi et ascendit per verticem Montis Calvi sicut dividit inter Donniz et Kerlelo deinde per Ervosam descendit que ad illam pontem antiquam in medium fluminis Ave ascendit vero per medium ipsius fluminis alveum usque ad illum portum de Cernandini unde primus incoavimus ..."<sup>27</sup>

Conjugando as informações contidas nas várias versões destes diplomas é

<sup>24</sup> DMP, DP 112, de 1103. Sobre Soeiro Mendes da Maia, o Bom, vd., entre outros, José Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa. A família e o poder*, Lisboa, Ed. Estampa, 1981, p. 212-213.

<sup>25</sup> DMP, DR 4, de 23 de Novembro de 1097. Este diploma, que se conhece a partir da leitura de João Pedro Ribeiro, foi igualmente publicado por António Cruz, *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, suplemento ao volume XIV do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1938, pp. 149-153. Vd. tb. Fr. Leão de S. Tomás, *Benedictina Lusitana*, vol. II, Coimbra, 1651 (reed. facsimilada, Lisboa, 1974), p. 28.

<sup>26</sup> Vd. DMP, DR, 4 versão [B].

<sup>27</sup> PMH, DC 871; António Cruz, *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, suplemento ao volume XIV do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1938, p. 155-158.

possível ensaiar a identificação dos limites do Couto do Mosteiro de Santo Tirso<sup>28</sup>. Ele começava no *Portum de Cernadini*, não muito longe de Sarnado, talvez junto do microtopónimo Portos (que sobrevive na margem Norte do rio Ave). Passava, depois, entre *Burgalanes* (hoje Burgães) e o mosteiro de Santo Tirso. Seguia entre *Leoveriz e Sanctam Crucem* (Santa Cruz) e ia ao termo que separava *Mons Corduve* (Monte Córdova) e *Sanguinedo* (rio Sanguinhedo) – ou seja, passava pelo Monte do *Padrão*, topónimo que revela que aí se implantou um dos marcos do Couto. Na versão [B] do diploma de 1097 diz-se que ia a *Sanctum Salvatorem de Monte* (ou seja, a S. Salvador de Monte Córdova), paróquia que nessa altura estava localizada no Monte do Padrão. Descia, depois, para uma *mamoella* ou, como se regista na versão [B], para a *mamonam de Mamonella* (certamente um monumento megalítico, que foram tantas vezes utilizados nos documentos medievais para delimitar espaços)<sup>29</sup>. Daqui seguia pela *congusta inter Travazos et Vimaredi* (segundo o doc. de 1097) ou *inter Rial et Vimaredi* (segundo o doc. de 1098) - ou seja, passava entre Real e S. Paio de Guimarei. E daqui, de Guimarei, subia pelo *Monte Calvo*, até ao ponto hoje conhecido como a Pedra do Couto, outro topónimo sugestivo, entre *Donnici* ou *Donniz e Querlledo ou Kerledo* (hoje Quereledo). Da Pedra do Couto os limites orientavam-se para Norte, encaminhando-se de novo para o vale do Ave. Seguiam pelo cume dos montes descendo até Ervosa (povoação que mantém a designação inalterada) e daqui seguiam até à *Pontem Antiquam*, onde alcançavam o rio Ave, limite Norte do Couto de Santo Tirso.

Foi este o espaço que o Conde D. Henrique coutou a Soeiro Mendes da Maia e que este, quatro meses mais tarde, confiou ao mosteiro beneditino a que estava umbilicalmente ligado por ser o mais destacado membro da sua família patronal. Como sublinhou Armindo de Sousa, o couto abrangia a totalidade das actuais freguesias de Santo Tirso, S. Miguel do Couto e St<sup>a</sup>. Cristina do Couto, a parte ocidental das freguesias de Burgães e de Monte Córdova, e ainda parte da freguesia de Guimarei<sup>30</sup>. Segundo os cálculos de José Mattoso, estendia-se por

---

<sup>28</sup> Sobre os limites do Couto de Santo Tirso a mais recente síntese deve-se a Arnaldo Rui Azevedo de Sousa Melo, *O Couto de Santo Tirso (1432-1516): Espaço e Economia*, Diss. de Mestrado, vol. 1, Porto, 1995, pp. 38-43. Veja-se igualmente Armindo de Sousa, "O Mosteiro de Santo Tirso no Século XV", *Estudos Medievais*, vol. 1, Porto, 1981, pp. 104-105.

Já depois de redigido este estudo, e por amabilidade do seu Autor, tivemos conhecimento de um estudo de Arnaldo de Sousa Melo que trata monograficamente os problemas de delimitação do Couto do Mosteiro de Santo Tirso e que, por isso, importa a este tema - cf. Arnaldo de Sousa Melo: "O Couto de Santo Tirso nas Cartas de Couto de 1097 e 1098: Os documentos e as características do espaço", *Revista de Guimarães*, vol. 106, Guimarães, 1996, pp. 177-192 (também editado in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 4, *Sociedade, Administração, Cultura e Igreja em Portugal no Séc. XII*, Guimarães, 1997, p. 235-247).

<sup>29</sup> Arnaldo de Sousa Melo sugeriu que esta "*mamoella*" coincidissem com o microtopónimo Menguela, na base do Monte do Padrão – cf. Arnaldo Rui Azevedo de Sousa Melo, *O Couto e Santo Tirso (1432-1516): Espaço e Economia*, Diss. de Mestrado, vol. I, Porto, 1995, p. 38.

<sup>30</sup> Armindo de Sousa, "O Mosteiro de Santo Tirso no Século XV", *Estudos Medievais*, vol. 1, Porto, 1981, p. 104.

uma área de 25 km<sup>2</sup>, o que o colocava à cabeça dos coutos monásticos da diocese do Porto<sup>31</sup>.

Dentro destes limites interessam-nos particularmente as derradeiras referências - aquelas que indicam o local onde o Couto voltava a alcançar o rio Ave. Como vimos, depois de Ercosa a linha de demarcação dirigia-se para uma "ponte antiga". Vários autores têm sugerido que esta ponte antiga fosse a Ponte da Lagoncinha. Também era essa a pretensão dos monges de Santo Tirso que alegavam, em 6 de Julho de 1374, que "*o dito mosteiro de Santo Tirso de Ribadave havia arredor de sy hum couto o qual parecia pella ponte de D. Guntinha*"<sup>32</sup>. No entanto, a questão que se deve colocar é simples: em 1097 e 1098 a ponte da Lagoncinha seria uma "ponte antiga"? Não nos parece. Fr. Leão de S. Tomás, escrevendo a propósito do primeiro abade do Mosteiro de Santo Tirso, registava:

*"O primeiro abbade, de que achamos memoria depois da reedificação do Mosteyro, he hum chamado Gaudemiro pellos annos de Christo de 1073. Como se colhe de hua doação, de certos casais em Bougado, & parte da Igreja de Ribeirão, que lho fez hua senhora illustre chamada Dona Guntinha ou Gonçinha, que morava junto à ponte, que della parece tomou o nome com alguma corrupção do vocabulo, porq. ainda hoje se chama Ponte de Lagoncinha, por onde antigamente se caminhava do Porto pera Braga. Esta senhora foy molher de Dom Egas Ermiges, neto (segundo alguns querem) do Infante Alboazar ..."*<sup>33</sup>

José Mattoso, nas notas críticas à *Benedictina Lusitana*, esclareceu que o documento citado por Fr. Leão de S. Tomás apresenta X aspado e que, portanto, não é de 1073 mas sim de 1103<sup>34</sup>. De resto, o Abade Gaudemiro encontra-se documentado à frente do Mosteiro de Santo Tirso entre 1092 e 1129<sup>35</sup>. Atendendo aos elementos cronológicos disponíveis, julgamos que não se trata de Guntinha Gonçalves, filha de Gonçalo Trastemires e de Unisco<sup>36</sup>, mas antes de Guntinha Nunes, filha de Nuno Soares Velho e de Ausenda Todereis, que estava igualmente ligada à família patronal do mosteiro de Santo Tirso (pelo lado materno) e que faleceu em 1108<sup>37</sup>. A ser assim, a designação da Ponte da Lagoncinha, corruptela de "Ponte de D. Goncinha", poderia indicar que a sua construção se relaciona com esta senhora, quer porque ela se tivesse empenhado

<sup>31</sup> José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique et Cluny. Les Monastères du diocèse de Porto de l'an mille à 1200*, Louvain, 1968, p. 184.

<sup>32</sup> D.G.E.M.N., *Ponte da Lagoncinha, Famalicão*, fasc. 87 do *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, Lisboa, 1957, p. 18.

<sup>33</sup> Fr. Leão de S. Tomás, *Benedictina Lusitana*, vol. II, Coimbra, 1651 (reed. facsimilada, Lisboa, 1974), p. 23-24.

<sup>34</sup> Fr. Leão de S. Tomás, *Benedictina Lusitana*, vol. II, Coimbra, 1651 (reed. facsimilada, Lisboa, 1974), p. [5] (Nota Crítica nº 24/A/2).

<sup>35</sup> José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique et Cluny. Les Monastères du diocèse de Porto de l'an mille à 1200*, Louvain, 1968, p. 41.

<sup>36</sup> José Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa. A família e o poder*, Lisboa, Ed. Estampa, 1981, p. 210.

<sup>37</sup> José Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa. A família e o poder*, Lisboa, Ed. Estampa, 1981, p. 177.

directamente na obra, quer porque, mais provavelmente, tivesse deixado bens para a sua construção. A ser assim, em 1097 a Ponte da Lagoncinha nem sequer existiria ou, se existisse, não podia ser considerada uma "ponte antiga". Devemos, ainda, ressaltar que a Ponte da Lagoncinha, tal como a conhecemos, não pode ser coeva dos tempos de D. Gontinha, dos inícios do Séc. XII. Com efeito, ela apresenta todas as características de uma ponte da Baixa Idade Média, como tantas que se ergueram no Norte de Portugal ao longo do Séc. XIII. Trata-se, com efeito, de uma ponte de cavalete, com seis arcos, apresentando talhamares pontiagudos a montante e rectangulares a jusante. Assim, a obra erguida a expensas de D. Gontinha teria sido profundamente reconstruída nos fins do Séc. XII ou no Séc. XIII. E, para essas obras, conhecemos diversas referências documentais. A mais antiga remonta a 8 de Novembro de 1185 e encontra-se exarada no testamento de D. Fernando Martins, bispo do Porto, que deixou verbas para as obras nas pontes do Douro, de Cerva, da Lagoncinha e de D. Zameiro: "*et V [modios] ponti de domna Guntia...*"<sup>38</sup>. Em 1210, no testamento de Pedro Fafes, voltamos a encontrar uma doação para as obras da ponte da Lagoncinha: "*Ad ponte de Don Zameiro et de Dona Goncina I morabitinum*"<sup>39</sup>. A 12 de Novembro de 1224, no testamento de D. Mendo Peres Alvites, a ponte da Lagoncinha volta a ser contemplada: "*A Ponte de Domna Gonzia I Morabitino*"<sup>40</sup>. Finalmente, em 1227 Maria Eanes legou 1 morabitino para as obras desta ponte<sup>41</sup>.

Por tudo o que acabamos de ver parece claro que a Ponte da Lagoncinha não podia ser a "ponte antiga" da carta de Couto do Conde D. Henrique. No entanto, como vimos, os monges de Santo Tirso, em 1374, pretendiam que assim fosse. Os monges do Mosteiro de Landim, com quem Santo Tirso manteve ao longo dos séculos uma longa querela em torno dos limites dos respectivos coutos, asseguravam, pelo contrário, que a "ponte antiga" referida nos diplomas de 1097 e 1098 seria uma ponte sobre o rio Sanguinhedo, junto de Argemil, e que esse rio marcava o limite ocidental do Couto de Santo Tirso. Isto equivalia a dizer que toda a área da (hoje extinta) paróquia de S. Bartolomeu de Ervosa passava para as mãos do Mosteiro de Landim. Esta situação arrastava-se há muitos anos, uma vez que em 1320 a paróquia de S. Bartolomeu já estava na posse do Mosteiro de Landim: "*ecclesiam de Valle Ervoso subiectam Monasterio de Nandim*"<sup>42</sup>. Na actual Capela de S. Bartolomeu, herdeira do mediévico templo

<sup>38</sup> *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto, 1922, p. 385-389.

<sup>39</sup> Sérgio Lira, *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira (dos primórdios a 1300)*, diss. de mestrado, vol. II, Porto, 1993, doc. 177, p. 176.

<sup>40</sup> Cláudia Ramos, *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (ca. 950-1250)*, diss. de Mestrado, Porto, 1992, Doc. 290. Tb. referido por Fr. António do Rosário, "Convento de S. Domingos e a Colegiada, Guimarães", *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, vol. II, Guimarães, 1981, p. 65, nota 24.

<sup>41</sup> Fr. António do Rosário, "Convento de S. Domingos e a Colegiada, Guimarães", *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, vol. II, Guimarães, 1981, p. 65, nota 24.

<sup>42</sup> Cf. Domingos A. Moreira, "Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais",

paroquial, encontra-se uma inscrição dos inícios do segundo quartel do Séc. XVI que poderia esclarecer quem tinha, nessa altura, a jurisdição sobre a Capela. A epígrafe testemunha o empenho de D. Miguel da Silva na reforma daquele templo<sup>43</sup>. No entanto, como se sabe, D. Miguel da Silva foi Abade Comendatário do Mosteiro de Santo Tirso e Prior perpétuo do Mosteiro de Landim, não se sabendo em que circunstância se encontra mencionado.

Nos finais da centúria de Quinhentos estalou um novo episódio na longa querela entre os monges de S. Bento e os seus vizinhos Cónegos Regrantes de St<sup>o</sup>. Agostinho, que deu origem a uma pormenorizada acta. Este documento foi estudado e publicado na íntegra por Francisco Ribeiro da Silva e Maria de Fátima Machado<sup>44</sup>. Dada a sua extensão apenas registaremos que os Monges de Santo Tirso alegavam, uma vez mais, que os limites do seu Couto iam até à Ponte da Lagoncinha, tendo mostrado as escrituras originais em que se baseavam. Reafirmavam, no fundo, os limites que a carta de 1097 tinha consagrado<sup>45</sup> e alegavam que isto acontecia desde "*tempo immemorial*". Por seu turno, os monges de Landim pretendiam que toda a zona de Ervosa e S. Bartolomeu lhes pertencia e que essas povoações estavam dependentes do juiz que era eleito no Couto de Landim. Defendiam, uma vez mais, que a "ponte antiga" era uma que estivera sobre o rio Sanguinhedo, junto a Argemil. A dada altura, as partes envolvidas foram para o terreno:

*"E logo de caminho o dito juiz com os ditos padres foram deser abaixo ao Rio d'Ave onde os padres de Santo Thirzo lhe mostrarão humas marcas desendo que ali era a Ponte Velha e ali fora a seu requerimento e as vira e os ditos marcos estão em huma lagea onde dezia chegarem os escrivães da Maya e do concelho de Refoyos os quais escrivães escrevião nos coutos e honras que estavam dentro no dito concelho e assim das ditas marcas e estava hum marco asima das marcas que hia direyto a Hervoza e logo pelo padre Dom Bazilio procurador de Landim fora dito que a Pedra da Lagea onde estavam os ditos marcos nunca fora ponte nem da dita pedra avia sinal nem vestígios aparentes para que se demonstrasse aver ponte antiga e os marcos que estão na dita pedra foram postos para mostrar os limites da jurisdição dos ditos lugares e por isso vinhão a dita pedra escrever os escrivães de Refoyos e Maya cada hum com seu ouvidor e que a ponte antiga ficava asima a Argemil ..."*<sup>46</sup>

---

sep. do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª Série, vol. 2, Porto, 1984, p. 64. Em 1542 mudou o seu nome para "S. Bartolomeu da Lagoncinha" e teria sido extinta em fins do Séc. XVI.

<sup>43</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Lisboa, 2000, Insc. nº 55, pp. 154-156; Mário Jorge Barroca, *As Fortificações do Litoral Portuense*, Lisboa, INAPA, 2001, p. 27.

<sup>44</sup> Cf. Francisco Ribeiro da Silva e Maria de Fátima Pereira Machado, "As fronteiras internas no Antigo Regime (Conflitos quinhentistas entre as câmaras do Porto e de Barcelos)", *Barcelos, terra condal. Congresso*, vol. II, Barcelos, 1999, pp. 328-332 e Doc. 3, pp. 345-360.

<sup>45</sup> Francisco Ribeiro da Silva e Maria de Fátima Pereira Machado, "As fronteiras internas no Antigo Regime (Conflitos quinhentistas entre as câmaras do Porto e de Barcelos)", *Barcelos, terra condal. Congresso*, vol. II, Barcelos, 1999, p. 346.

<sup>46</sup> Francisco Ribeiro da Silva e Maria de Fátima Pereira Machado, "As fronteiras internas no Antigo Regime (Conflitos quinhentistas entre as câmaras do Porto e de Barcelos)", *Barcelos, terra condal. Congresso*, vol. II, Barcelos, 1999, p. 353.

Esta passagem reveste-se de enorme interesse para o nosso estudo. Os monges beneditinos tinham ido ao Lugar das Marcas, então conhecido como a *Pedra da Lagea*, junto do qual mostraram os vestígios da ponte antiga - "*humas marcas desdo que ali era a Ponte Velha*" - e uma laje onde estava marcado o início do Couto. Julgamos que estes "*marcos [que] estavam em huma lagea*" devem ser identificados com a nossa cruz do Lugar das Marcas. Era, efectivamente, aqui que começava o Couto do Mosteiro de Santo Tirso. No entanto, por processos pouco claros e, aparentemente, pouco leais, que estão bem plasmados na acta de 1599, o juiz acabou por dar razão aos monges de Landim, alegando que Santo Tirso não conseguira provar a legitimidade dos limites pretendidos.

Para terminar este ponto, gostaríamos de chamar a atenção para uma passagem da memória justificativa que a Junta de Freguesia de Lousado enviou em 1939 para obter a classificação da Ponte da Lagoncinha como Monumento Nacional. A certa altura o relator da Junta de Freguesia de Lousado, Sr. José Francisco da Costa, um bom conhecedor da zona, registava: "*A via romana de Santarém a Braga descrevia um grande rodeio a partir da Trofa (Bougado, concelho de Santo Tirso) para vadeação do Rio Ave. Inflexia para Leste a fim de alcançar o vau do Porto d'Ave, que correspondia na margem esquerda ao sítio do Cidral [...] Uma ponte, porém, era indispensável para continuidade do trânsito por ocasião das cheias. Por tradição oral sabe-se que no logar de Marcas, a pouco mais de um quilómetro daquele vau, houve uma ponte que seria a Pontem Antiquam a que se refere a doação que o Conde D. Henrique fez do Couto de Santo Tirso a D. Soeiro Mendes da Maia em 1097 e o testamento de D. Soeiro datado de 1098.*"<sup>47</sup> É interessante verificar que em 1939 a tradição oral ainda registava que, no Lugar das Marcas, existira outrora a Ponte Antiga. De resto, a sua implantação neste local compreende-se facilmente já que ele é um dos pontos onde as duas margens do Rio Ave se aproximam, o que facilitava os trabalhos de construção de uma ponte, diminuindo o número de arcos necessários para vencer o rio.

Todos os elementos apresentados concorrem para alicerçar a nossa convicção de que a Cruz do Lugar das Marcas foi criada para assinalar o início do Couto do Mosteiro de Santo Tirso. A ausência de referências à cruz nas primeiras demarcações do espaço coutado pode querer apenas indicar que a cruz terá sido criada pouco depois de 1098, talvez quando os monges sentiram necessidade de criar uma nova marca. Quando terá isso ocorrido? Talvez quando a Ponte Antiga ruiu e foi substituída pela Ponte da Lagoncinha, construída

---

<sup>47</sup> Transcrito, sem indicar o autor, em D.G.E.M.N., *Ponte da Lagoncinha, Famalicão*, fasc. 87 do *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, Lisboa, 1957, p. 25. A mesma passagem foi igualmente citada, agora com a indicação do seu autor, por A. César Pires de Lima, *A Correspondência Martins Sarmiento-Pe. Joaquim Pedrosa*, Guimarães, 1940, p. 11-12.

um pouco a jusante. Então, sentindo que um dos elementos mais estáveis do limite do seu Couto tinha desaparecido, os monges beneditinos terão decidido mandar gravar esta monumental cruz, assinalando, de forma perene, o início do espaço coutado.

#### 4. Outros exemplos de cruzes delimitando coutos

Como se sabe, os limites de um Couto eram normalmente estabelecidos em função de elementos destacados da paisagem: recorrendo ao curso de um rio ou ribeiro, à linha de cumeada de montes, a portelas, a acidentes da paisagem facilmente identificáveis pela população, a mamoadas, a pontes, etc. Na ausência de elementos claramente identificáveis na paisagem a solução mais corrente era a colocação de marcos. Há inúmeras referências documentais a essa prática. Em 1124, quando D. Teresa coutou Faiões (Chaves) a favor da Sé de Braga e explicita os limites do couto, refere: *"Incipiunt itaque ab illo flumine Tamice et inde ad illam Petram de Meiginos et inde ad Portum de Fontanelas ubi posuerunt illam Petram et inde ad illam Petram quam posuerunt inter Fatuncias et Lupa Farta ..."*<sup>48</sup>. Ou seja, utilizaram-se diversos elementos naturais para delimitar o espaço mas, na sua ausência, não se hesitou em colocar pedras ou marcos para facilitar a identificação dos limites pretendidos. Os exemplos podiam ser multiplicados até à exaustão. Há documentos que registam expressamente a forma dos marcos: *"... per illos lapides cauales iam erectos..."*<sup>49</sup>. Outros explicitam a presença de sinais: *"...per ipsas petras signatas..."*<sup>50</sup>. Por vezes os marcos eram colocados na presença do próprio monarca. Assim aconteceu em 18 de Julho de 1135 quando D. Afonso Henriques outorgou o Couto da Igreja de Santiago de Cossourado (Barcelos): *"... cautatum de petra que in presencia mej posita est sub Portella de Tamhal ..."*<sup>51</sup>. Outras vezes os marcos eram colocados por oficiais em quem o monarca delegava o poder. Foi o que aconteceu em Novembro de 1169 quando se confirmou a posse do Couto de Oliveira de Frades ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e se aproveitou para erguer os seus marcos: *"... Suarius Fernandi iudex de Alafoen et Menendus Petri archidiaconus et presbiter Sancti Petri de Sur et Suarius presbiter de Varzena iussu regis erexerunt lapides in cauto isto ..."*<sup>52</sup>.

Apesar de ser mais comum a referência a marcos ou a utilização de elementos claramente destacados na paisagem para se referenciar os limites destes espaços, alguns Coutos, à semelhança do que aconteceu no caso do Mosteiro de Santo Tirso, foram demarcados com recurso a cruzes gravadas em penedos.

<sup>48</sup> DMP, DR 67; LFidei, 487.

<sup>49</sup> DMP, DR 158, de Junho de 1137.

<sup>50</sup> DMP, DR 316, de 26 de Abril de 1173.

<sup>51</sup> DMP, DR 150.

<sup>52</sup> DMP, DR 299.

Sem a preocupação de sermos exaustivos, registemos alguns exemplos.

Em [1137-1139], quando D. Afonso Henriques confirmou os Foros que Fernando Magno tinha outorgado aos moradores de Ansiães, declara-se expressamente que os limi-tes iam à Cruz de Freixiel: "... *usque in Cruce de Freisinel*".<sup>54</sup> Em 31 de Outubro de 1173, ao assinar a carta de Couto ao Mosteiro de Maceira Dão (Mangualde), o monarca explicita que os seus limites iam "... *per illum patronem quem posuit Comes domnus Fernandus in illa ripa fluminis et alia parte et includit ipsum flumen ad illa crucem quam comes Fernandus iussit facere in directum de predicto smolitorio ...*"<sup>54</sup>. Ou seja, o Conde D. Fernando Vermudes de Trava, que é mencionado nesse diploma como *tenens* das Terras de Viseu e Azurara, mandara gravar uma cruz num penedo, junto do Rio Dão, para assinalar de forma inequívoca o limite do espaço coutado. Em 1191, na carta de couto de S. João de Coucieiro concedida a D. Egas Pais, D. Sancho I refere entre os limites: "... *per flumem medium quod vocatur Fluvium Hominis ubi in ipsa petra que vocatur Milletria facta cum quadam cruz in signo cauti ...*"<sup>55</sup>. Em 1201, no Foral da Junqueira da Vilariga, D. Sancho I refere que os seus limites iam "... *aa cruce dentre Saamones et Frexeneel ...*"<sup>56</sup>, voltando-se a mencionar a Cruz de Freixiel, já registada no tempo de D. Afonso Henriques a propósito dos limites de Ansiães. Esta cruz ficava, portanto, entre Samões e Freixiel, um pouco a Ocidente de Vila Flor. Em 20 de Junho de 1207 D. Sancho I entregou ao Abade D. Lourenço a carta de Couto do Mosteiro de St<sup>a</sup>. Maria de Miranda (Arcos de Valdevez). Entre os inúmeros pontos referidos na delimitação do seu espaço, registam-se quatro marcos, dois penedos e duas cruzeiras: "... *et inde per Cruce de Caudo ... et inde ad Cruce de Gandara Chã ...*"<sup>57</sup>. Em Setembro de 1208, D. Sancho I doou a Albergaria de Maçãs (conc. de Alvaizere) a D. Martinho Fernandes e a sua mulher, concedendo-lhe um couto. O seu espaço começava "... *in Oriente per Crucem Veterem ...*". O monarca acrescentava, ainda, que os terminos do couto tinham sido erguidos por D. Gomes Ramires, Mestre da Ordem do Templo em Portugal: "*Adhuc addimus quod cautamus vobis predictam albergariam per supra dictos terminos et per illos cautos quos iussione nostra ibi erexit domnus Gometius templarius et Rodericus Petriz de Penela et Martinus Cerarius*"<sup>58</sup>. Em

<sup>53</sup> DMP, DR 157.

<sup>54</sup> DMP, DR 319.

<sup>55</sup> DS 57, de [Julho-Dezembro] de 1191.

<sup>56</sup> DS 137, de 15 de Janeiro de 1201.

<sup>57</sup> DS, 238. Tb. publicado in Amélia Aguiar Andrade e Luís Krus, *Valdevez Medieval. Documentos. I, 950-1299*, Arcos de Valdevez, 2000, doc. 27.

<sup>58</sup> DS, 239. D. Gomes Martins encontra-se documentado como Mestre dos Templários desde 1208 e 1212, tendo falecido a 19 de Julho de 1212 (cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. 1, tomo 1, Lisboa, 2000, Insc. n<sup>o</sup> 267, pp. 657-662). Comandou, em 1212, o contingente português que participou na Batalha de Navas de Tolosa.

20 de Outubro de 1257, quando Afonso III doou ao Mosteiro de Arouca os direitos da Terra de Arouca, a definição do seu âmbito geográfico foi feita nos seguintes termos: *"In primo quomodo dividitur Terra Sancte Marie cum Termino de Arouca videlicet per mamoa de Scuriscata et de inde vadit ad mamoa de Valle Capre et sedet ibi una crux in quadam petra fracta..."*<sup>59</sup>.

Guardamos para o fim um exemplo que nos parece particularmente significativo para o nosso estudo – o Couto de S. Martinho de Manhente, que D. Afonso Henriques instituiu em 6 de Janeiro de 1128[?]. Os seus limites eram os seguintes:

*"In primis levat se illud cautum per illum locum ubi praedictus fluvius vocatur Niger, et inde per arcam montis Bovini usque ad molendinum fratris quomodo vadit per arcam illam quae separat Vilarinum a Real, unde per valum quod vocatur Tulum usque ad Scaberium quomodo vadit per Penellas unde ad mamulam illam quae dividit cum villa Donega a predicto monasterio villa Sancti Verissimi dividit cum villa Donega usque ad villam Ponteliae sicut intrat in Cavadam quomodo vadit per venam ipsius fluminis Cavadi usque ad illum locum unde primitus incohavimus"*<sup>60</sup>.

Como se pode verificar, o documento que instituiu o couto não menciona nenhuma cruz gravada em penedo nem tão pouco regista a presença de marcos. No entanto, num documento de 1479 são mencionados vários padrões e uma cruz gravada num penedo:

*"Primeiramente começando no rio Cadavo (sic) onde se chama Pegoo do Nigro e d'hi se vay aa archa do monte do Boy honde esta huum padrom de pedra assy como vay ataa o moy-nho da Fradega. E dally se vay polla bouça que aparta Riall de Villarinho ataa o valo que se chama do Talho em o qual esta outro padrom do dicto couto. E daly se vay per o vallo d'Esqueyro. E dally a Panellas honde esta huum penedo que tem huua cruz que marca o dicto couto. E daly se vay per a cassa de Joham de Trelafonte onde esta outro padrom assy como se vay aa mamoa que parte Villa d'Onega que se ora chama Gallegos do dicto couto assy como parte ha freguesia de Sam Vereximo que he no dicto couto. E da dicta mamoa vay ataa o rio de Pontelhe onde se chama o Poço Cavallar. E d'hi per o rio a fundo ataa entrar no dicto rio Cadavo. E des i per meo d'auaa (sic) do dicto Cadavo acima ataa honde se chama Peego Nigro honde se começou"*<sup>61</sup>.

Julgamos que estes marcos ou padrões, assim como a cruz gravada no penedo, foram acrescentados depois da outorga da carta de couto, procurando clarificar os seus limites em zonas onde se podiam gerar confusões. Neste sentido, o exemplo de Manhente parece-nos ser particularmente significativo para a cruz do Lugar das Marcas, ajudando a compreender por que motivo ela foi omitida na carta de 1097 e no diploma pelo qual Soeiro Mendes da Maia entregou o couto ao Mosteiro de Santo Tirso.

<sup>59</sup> José Mattoso, Luís Krus e Amélia Aguiar Andrade, *A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos*, Santa Maria da Feira, 1993, Doc. 22, pp. 141-142.

<sup>60</sup> DMP, DR, I, 86 bis. A mais antiga versão desta carta de Couto foi publicada por José Marques em "A extinção do Mosteiro de Manhente", *Barcellos Revista*, vol. 2, nº 2, Barcelos, 1985, Doc. 1, pp. 15-16.

<sup>61</sup> Cf. José Marques, "A extinção do Mosteiro de Manhente", *Barcellos Revista*, vol. 2, nº 2, Barcelos, 1985, p. 13.

Estes oito exemplos de Coutos onde, entre os limites, se mencionam cruzes gravadas em penedos servem para demonstrar como o Lugar das Marcas e o Couto do Mosteiro de Santo Tirso estão longe de constituir exemplo isolado em Portugal.

Saindo da documentação monástica, a opção por cruzes gravadas em penedos foi igualmente comum quando se tratava de delimitar espaços privilegiados, como comendas, reguengos ou outras propriedades. Encontramos diversas referências a essas cruzes nos Tombos da Ordem de Cristo, que Iria Gonçalves deu recentemente à estampa. É o caso, por exemplo, do reguengo da Feiteira, junto a Nisa (onde se regista "... *huu comaro honde estaa huua grande pedra que tem huua cruz ...*"<sup>62</sup>), dos bens da Ordem em Vale de Freires (cujos termos iam "*per huu penedo em que estaa huua cruz e adiante per outra cruz que estaa em outro penedo e vay mais adiante a huua lagea em que estaa outra cruz...*"<sup>63</sup>), da herdade de Valcovo (cujos limites passavam "*per quatro cruzes que estam em penedos huua depos outra*"<sup>64</sup>), do herdamento de Mendo Marques (onde se refere "*huu penedo que tem huua cruz e huu marco dentro nelle*"<sup>65</sup>) ou do Casal da "Pedra da Missa", no termo de Vimieiro (cujos limites começavam numa "*pedra que estaa abaixo da fonte do dito casal huu jogo de beesta e tem duas cruzes contra sul*"<sup>66</sup>). As cruzes referidas nestes tombos seriam, por certo, semelhantes a uma cruz gravada num afloramento rochoso que se pode admirar junto do Castelo de Longroiva (que fora confiado aos Templários em 1145 e que depois da extinção destes passou para os bens da Ordem de Cristo). E certamente que noutra documentação semelhante, desta ou de outra ordem militar, se encontrarão muitas mais referências.

## 5. Conclusão

A Cruz do Lugar das Marcas, que chegou até nós praticamente inédita, revela-se um documento de grande interesse histórico e arqueológico. Tipologicamente, ela deve ser inserida no contexto de uma vasta família de cruzes que apresentam características homogéneas e que dominaram o panorama ibérico entre o Séc. IX e os fins do Séc. XI ou inícios da centúria seguinte. Se a nossa proposta cronológica estiver correcta, e a Cruz do Lugar das Marcas for realmente obra dos inícios do Séc. XII, ela enquadra-se na fase final do pre-

---

<sup>62</sup> Iria Gonçalves, *Tombos da Ordem de Cristo. Comendas a Sul do Tejo*, Lisboa, UNL, 2002, p. 14.

<sup>63</sup> Iria Gonçalves, *Tombos da Ordem de Cristo. Comendas a Sul do Tejo*, Lisboa, UNL, 2002, p. 104. Mais adiante há referências a outras cruzes em penedos.

<sup>64</sup> Iria Gonçalves, *Tombos da Ordem de Cristo. Comendas a Sul do Tejo*, Lisboa, UNL, 2002, p. 110.

<sup>65</sup> Iria Gonçalves, *Tombos da Ordem de Cristo. Comendas a Sul do Tejo*, Lisboa, UNL, 2002, p. 122.

<sup>66</sup> Iria Gonçalves, *Tombos da Ordem de Cristo. Comendas a Sul do Tejo*, Lisboa, UNL, 2002, p. 125 (de novo referida na p. 126).

domínio deste tipo de cruzes. Procuramos demonstrar a sua ligação ao Couto do Mosteiro de Santo Tirso e chamamos a atenção para o facto da Cruz do Lugar das Marcas estar longe de ser um exemplo isolado no contexto das delimitações de espaços coutados do Portugal mediéxico. Resta-nos esperar que este estudo motive novas pesquisas nestes domínios, conduzindo à identificação de outras cruzes de delimitação de coutos.

A CRUZ DO LUGAR DAS MARCAS (LOUSADO, VILA NOVA DE FAMALICÃO)  
E O COUTO DO MOSTEIRO DE SANTO TIRSO



Figura 1 - Carta Militar de Portugal - Esc.: 1:25.000 (Pormenor das Folhas 97 e 98). A Cruz do Lugar das Marcas encontra-se assinalada pelo círculo.

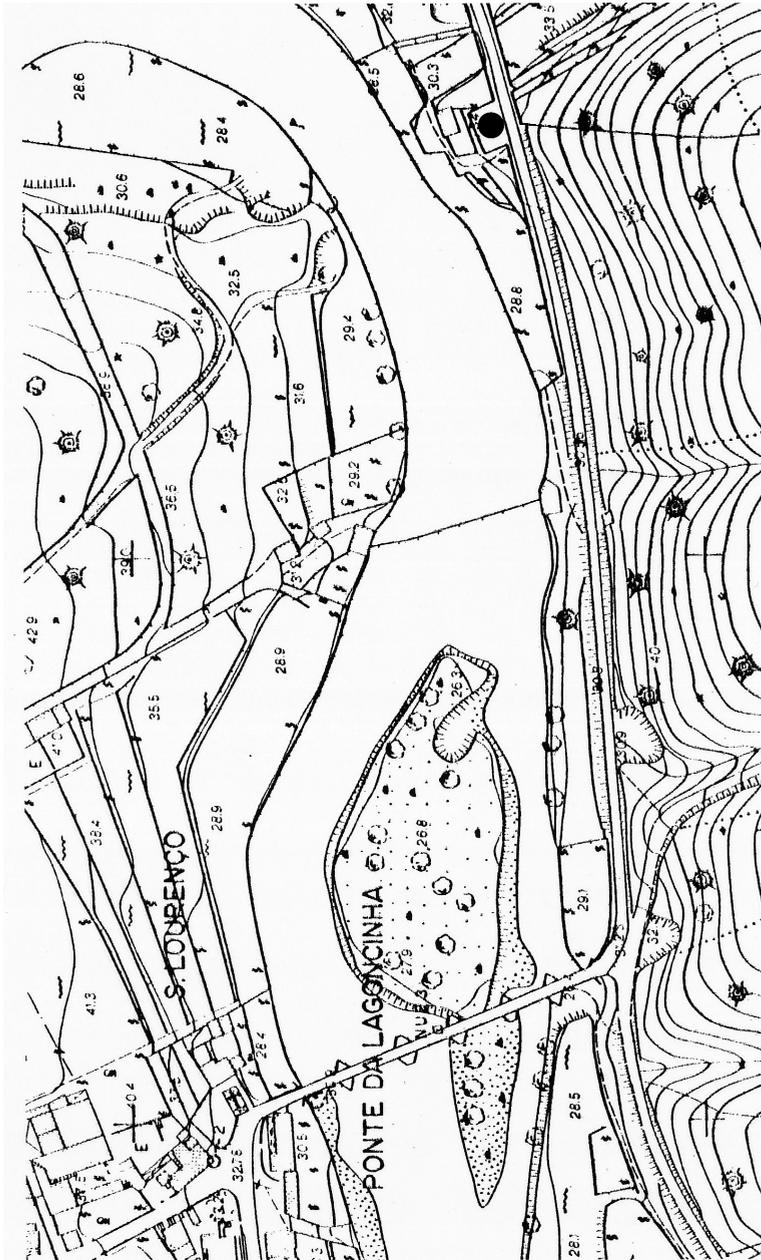


Figura 2 - Levantamento Aero-fotogramétrico à Esc.: 1:2000 (Pormenor da Folha 97-2/4-5, de Lousado). A Cruz do Lugar das Marcas encontra-se assinalada pelo círculo.

A CRUZ DO LUGAR DAS MARCAS (LOUSADO, VILA NOVA DE FAMALICÃO)  
E O COUTO DO MOSTEIRO DE SANTO TIRSO



Figura 3 - Cruz do Lugar das Marcas - Vista geral.

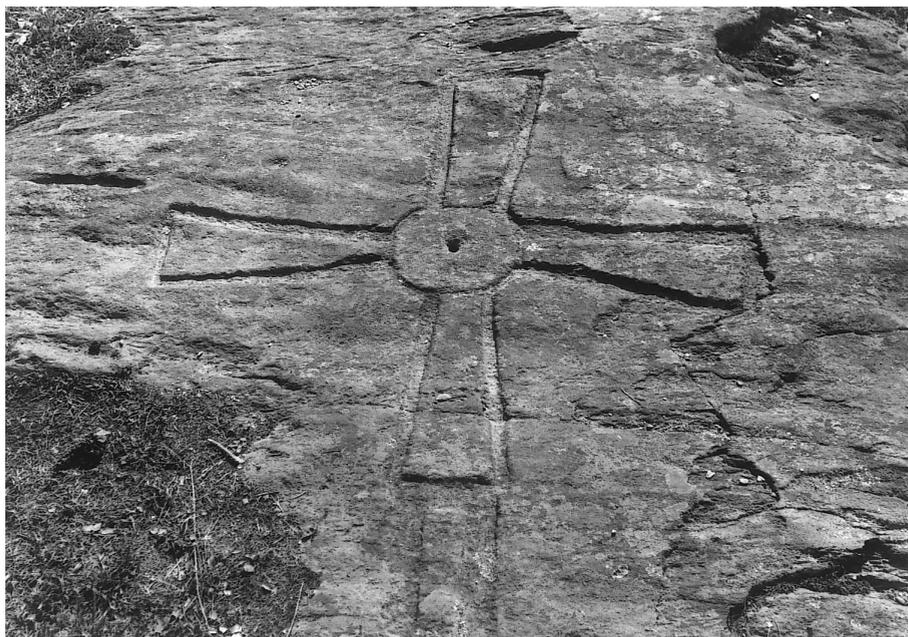
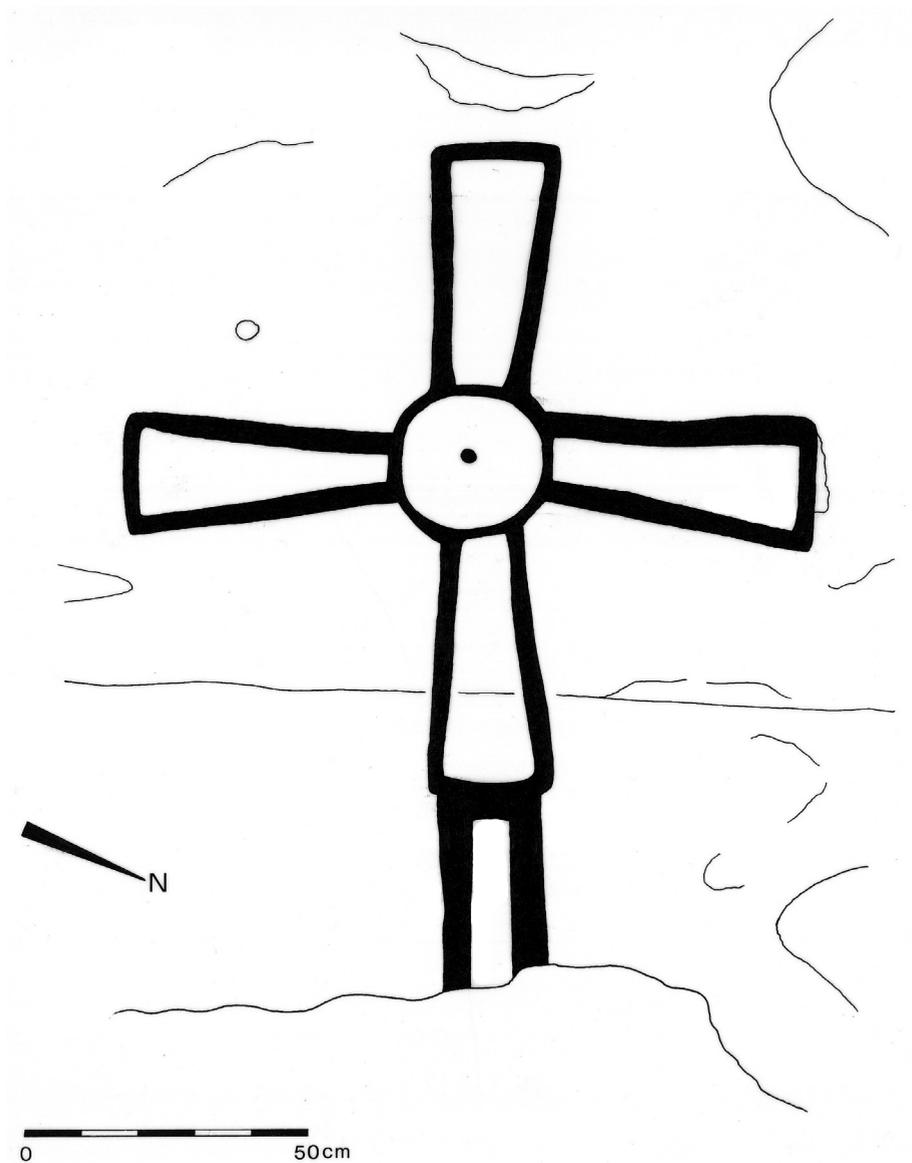


Figura 4 - Cruz do Lugar das Marcas.



LUGAR DAS MARCAS  
LOUSADO - V.N. FAMALICÃO

Figura 5 - Cruz do Lugar das Marcas.